

CONTRIBUIÇÕES DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL A UMA NOVA PSICOLOGIA DO GÊNERO

CONCEIÇÃO NOGUEIRA

Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho – Portugal

RESUMO

As questões de gênero como hoje são faladas e assumidas foram construídas pelos discursos das ciências. Abordaremos como o discurso do gênero foi construído pela psicologia moderna, isto é, como o próprio conceito e as teorias explicativas que o envolvem foram construindo um significado que hoje está associado ao seu próprio estudo. Após a "invasão" de perspectivas pós-modernas, pós-estruturalistas e da teoria crítica, assiste-se à crítica aos paradigmas convencionais. São agora colocadas novas questões e desafios tanto para a própria psicologia e para os programas de pesquisa tradicionais, quanto para a análise do significado e práticas associadas ao gênero.
RELAÇÕES DE GÊNERO – PSICOLOGIA – RELACIONAMENTOS SOCIAIS

ABSTRACT

CONTRIBUTIONS TO THE SOCIAL CONSTRUCTION OF A NEW PSYCHOLOGY OF GENDER. The gender questions, as they are assumed today by the public in general, have been built by the science discourses. We start by approaching the way the discourse on gender has been constructed by modern psychology, i.e., how the concept and the explanatory theories have constructed a meaning that, today, is itself associated with its study. After the "emergence" of the post modernists, post structuralists perspectives and of the critical theory, one now sees the emergence of the critique of conventional paradigms. New questions and new challenges are now raised to psychology and to the traditional research programs, as well as to the study and analysis of the meaning and practices associated to gender.

Este artigo, agora revisto e ampliado, originou-se de apresentação proferida no Seminário Internacional do Projeto Coeducação *Do Princípio ao desenvolvimento de uma prática*, organizado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, em junho de 1999. A primeira versão pode ser encontrada nas atas do referido encontro.

INTRODUÇÃO

As questões de gênero, como hoje são faladas e assumidas, foram construídas pelos discursos das ciências. A psicologia não foi exceção para tal tendo contribuído diferentes programas de pesquisa, alguns bem distintos entre si.

Pretende-se, com este artigo, apresentar a evolução do discurso sobre gênero na psicologia, sob uma ótica feminista crítica, distanciando-nos teoricamente do domínio de investigação intitulado de “estudo das mulheres”. O fato de a American Psychological Society ter criado a divisão de “estudos das mulheres”, pretendendo dar resposta a um número crescente de investigadores que se preocupavam com a problemática, propiciou ao mesmo tempo que se evitasse totalmente o uso da palavra “feminismo” (Wilkinson, 1997). Essa divisão de “estudos sobre as mulheres”, perfeitamente integrada ao espírito tradicional da perspectiva dominante em psicologia, sugeria mesmo a não politização da investigação, à luz dos princípios positivistas da objetividade, neutralidade e impessoalidade. Assim, muitos dos trabalhos inseridos nessa divisão não desafiam nem as instituições existentes nem as práticas da própria psicologia, nem as concepções dominantes de “mulher”, que a própria disciplina construiu e promoveu. Por esse motivo, muitas das investigadoras que se intitulam psicólogas feministas afastam-se e se diferenciam das práticas associadas ao “estudo das mulheres”.

As psicólogas feministas desafiam a psicologia tradicional, pelas suas teorias e pela sua atitude de negação perante as relações de poder, centrais na vida social e nas relações de gênero em particular. Usam o termo “feminismo” precisamente para sublinhar os aspectos políticos e críticos associados de forma clara ao seu trabalho (Kitzinger, 1990).

Esse grupo desafia o poder masculino dentro da psicologia, sugerindo que as teorias psicológicas freqüentemente excluem as mulheres ou distorcem as suas experiências, assimilando-as às dos homens, aos estereótipos masculinos, ou “vendo” as mulheres como categoria unitária, apenas comparável à categoria unitária de homem (Parlee, 1981; 1985). A psicologia feminista também desafia os limites da própria disciplina, colocando em evidência o poder que esta tem para modelar a compreensão acerca do dia-a-dia e para produzir efeitos reais e materiais no mundo (Kitzinger, 1991).

Assumindo essa perspectiva, pode-se admitir que a própria psicologia como ciência está profundamente implicada no controle sobre as mulheres, já que é usada com freqüência para justificar e perpetuar as práticas opressivas. A situação foi e tem sido mantida devido ao caráter inerentemente positivista, predominante na disciplina, que, apesar de altamente criticado no presente, é ainda dominante (Kitzinger, 1990; 1991).

Conforme Tomas Ibáñez (1994), a adesão da psicologia ao mito da objetividade colocou-a, como ciência, no papel de simples cronista da realidade, desvinculando-a de

toda a responsabilidade e de todo o compromisso. Acreditando na existência de uma realidade diante da qual podem existir modos privilegiados de acesso, a psicologia acabou por aderir a uma ideologia que confere à razão científica um estatuto aistórico, afirmando-se como uma potente retórica.

O objetivo central deste artigo é precisamente mostrar como essa “potente retórica da verdade” foi construindo a “verdade” sobre o gênero até o presente.

PROGRAMAS DE PESQUISA

Passaram cerca de 30 anos desde que as cientistas sociais feministas identificaram o gênero como uma dimensão de análise da verdade.

Nascido no intenso debate científico que o feminismo dos anos 60 e 70 gerou, o conceito de gênero rapidamente passou a integrar o discurso das ciências sociais e humanas (...). A emergência deste conceito inscrevia-se num novo projeto teórico que pretendia demonstrar a produção social das crenças e saberes sobre os sexos, colocando a questão na agenda científica da investigação social e retirando-a definitivamente da zona de influências da biologia. (Amâncio, 1999, p.3)

A partir daí, os programas de pesquisa sucederam-se e a produção científica sobre esta problemática cresceu substancialmente, sendo importante lembrar as perspectivas de diversas autoras sobre as diferentes fases nesta construção (Howard, Hollander, 1997; Wilkinson, 1997).

O compromisso básico de todas as feministas de diferentes domínios do conhecimento tem sido a busca permanente da superação dos estereótipos de gênero como objetivo de erradicar os vieses que prejudicam as mulheres na sociedade (Davis, Gergen, 1997). No entanto, os caminhos escolhidos para o alcance dessa meta não foram, nem são ainda sempre os mesmos, podendo encontrar-se psicólogas feministas de diferentes posturas teóricas e inclusive de diferentes posicionamentos epistemológicos.

Seguindo a perspectiva da filósofa feminista Sandra Harding (1986), podemos descrever dois tipos principais de posturas no domínio do estudo do gênero na psicologia: a perspectiva empiricista e a pós-moderna.

No paradigma tradicional, ainda predominante na psicologia, no designado *programa empiricista*, as cientistas identificam o sexismo e o androcentrismo como vieses sociais que podem ser corrigidos pela estrita adesão às normas da pesquisa científica. Partem por isso para o estudo dos acontecimentos recolhendo dados por meio de formas que acreditam confiáveis e válidas, relatando os resultados de maneira objetiva. Nessa perspectiva inserem-se duas das abordagens apresentadas por Howard e Hollander

(1997), relativas ao desenvolvimento histórico da teorização científica social acerca do gênero, que são o óbvio reflexo dos climas histórico, social e político nos quais emergiram. São elas a abordagem essencialista e da socialização.

A primeira *abordagem essencialista*, que prevaleceu entre os psicólogos, na primeira metade do século XX, sugere a existência de diferenças inatas e estáveis entre os sexos, conceituando o gênero (ou sexo, que, nessa perspectiva, são praticamente equivalentes) como uma propriedade estável, inata e bipolar de diferenciação sexual, tendo um caráter eminentemente determinista. As visões essencialistas além de entenderem o gênero como uma propriedade estável, consideram-no como um traço que descreve as personalidades, os processos cognitivos, o julgamento moral etc. (Bohan, 1997). Dessa maneira, os modelos essencialistas concebem o gênero em termos de atributos fundamentais, concebidos como internos, persistentes (Burr, 1998) e, geralmente, separados das experiências quotidianas de interação com os contextos sociopolíticos. Desse modo, muitas vezes o essencialismo é interpretado e compreendido como determinismo biológico (Bohan, 1997), pois, no que diz respeito ao gênero, advoga um posicionamento que define a natureza feminina e masculina expressas em diferenças de personalidade, preferências profissionais, desejo de paternidade etc. (Burr, 1998).

A segunda abordagem desse programa empiricista pode ser considerada como a da *socialização*, que dominou a psicologia social durante os anos 60 e 70; aqui move-se o foco de atenção, relativo ao gênero, da biologia para a socialização. O gênero passa a ser concebido, não como inato, mas como o resultado de forças sociais e culturais, aprendido por intermédio dos processos de modelagem e imitação (Bandura, 1977). As crianças, ao aprenderem a internalizar prescrições apropriadas para o ser masculino ou feminino de acordo com as normas da sociedade, formam personalidades e padrões de comportamento enquadrados no gênero. Depois de formada, a personalidade é concebida como característica individual estável e inerente aos indivíduos. Assim, a masculinidade e a feminilidade passam a ser características socialmente aprendidas pelo desenvolvimento cognitivo e emocional. No auge dessa perspectiva e em meados dos anos 60 o conceito de androginia introduzido por Sandra Bem é exemplo da popularidade dessa abordagem. Tendo como premissa que as pessoas podem possuir (porque aprenderam precocemente) características consideradas femininas ou masculinas, e que podem utilizá-las em diferentes contextos e circunstâncias, a androginia apresentava-se como a possibilidade de se atingir o estado ideal (Bem, 1974). Posteriormente, por volta dos anos 70, a teoria do papel social de Alice Eagly introduz também a idéia das diferenças sexuais como resultado dos papéis sociais que regulam o comportamento das pessoas na vida adulta e que são aprendidos pelas crianças nos processos de socialização. Na medida em

que homens e mulheres não estão proporcionalmente representados em papéis sociais específicos, acabam por adquirir diferentes competências, que, por sua vez, afetam o seu comportamento social (Eagly, 1987; 1994). Apenas uma mudança na divisão do trabalho, poderia conduzir a uma mudança substancial no conteúdo dos papéis de gênero.

Apesar de permitir diferenças sociais, esta perspectiva também mereceu críticas, a despeito de estar centrada na socialização e da ênfase na possibilidade de mudança, conforme o desejo da sociedade e dos seus membros, o que implicava uma visão distinta da anterior, essencialista, que sugeria uma imutabilidade associada ao gênero. As críticas mais importantes relativas a tal abordagem dizem respeito ao fato de o gênero, concebido como operando no nível individual e da personalidade, estar a serviço de um controle social geral. Isto é, pela socialização, rapazes e moças aprendem a se comportar de modo que, na vida adulta, mantêm a ordem social estabelecida. A própria concepção de androginia, de forma paradoxal, tornou-se inadequada para as perspectivas feministas (Amâncio, 1994). A questão principal residia no fato de este modelo continuar a reconhecer os conceitos convencionais de feminilidade e masculinidade, retendo o dualismo clássico e reafirmando as diferenças de gênero consideradas "reais"; isto é, a existência de entidades reais e internas, do ponto de vista psicológico (Morawski, 1990), semelhante à idéia de "naturais", que caracteriza as abordagens essencialistas. A tendência caracteriza a perspectiva da socialização de uma forma geral (Howard, Hollander, 1997). Outra crítica aponta para o seu caráter prescritivo. Os estereótipos de gênero, implicam prescrições, que se manifestam nos papéis de gênero. Tais prescrições configuram dois conjuntos de comportamentos e características, uns considerados mais apropriados para mulheres e outros, para homens. O gênero, em termos de socialização, é tratado, dessa forma, não como reflexo de fontes estruturais de desigualdade, mas, ao contrário, como uma explicação com direito próprio. As fontes da própria socialização recebem pouca atenção (Howard, Hollander, 1997) e o sistema social das relações de gênero não é questionado (Amâncio, 1992).

Concluindo, as abordagens da socialização em relação ao gênero trouxeram novas visões mas também implicaram outros e os mesmos problemas, além de não resolverem os já existentes. Essa abordagem enfatiza que o gênero é aprendido e não inato, mas continua a definir gênero em termos de diferença dicotômica. Dessa forma, a distinção entre inato e aprendido, em certa medida, é meramente semântica, já que a socialização de gênero é concebida como algo específico e persistente ao longo do ciclo de vida. Assim, em termos práticos, o gênero continua a ser visto como interno e imutável. Por esta razão Janis Bohan (1997) designa por essencialistas ambas as abordagens, considerando como asserção básica da perspectiva essencialista a idéia do gênero como característica permanente e estável dos indivíduos.

Esse programa de pesquisa empiricista produziu um leque de trabalhos essencialmente direcionados, sobretudo para as diferenças sexuais, abordagem fundamentalmente essencialista (Crawford, 1995; Evans, 1994; Flax, 1990; Harding, 1994; Hare-Mustin, Marecek, 1994; Hollway, 1994; Kitzinger, 1994; Marecek, 1995). O essencialismo conceitua o gênero como um conjunto de propriedades ou atributos fundamentais, internos, persistentes e geralmente separados da experiência vivida (Crawford, 1995; Hare-Mustin, Marecek, 1990; 1994). O gênero é algo relativo a mulheres e homens (Crawford, 1995): a pesquisa sobre as diferenças sexuais assume que existe o objeto “mulher” e, por isso, o “feminino” pode ser definido em termos de qualidades inerentes (competências cognitivas, emoções, modos particulares de conhecimento) a todas as mulheres (Hare-Mustin, Marecek, 1990). Quando o gênero é construído em termos de qualidades abstratas de indivíduos, as circunstâncias e experiências de vários grupos de mulheres tomam-se irrelevantes e podem ser colocadas de lado.

O essencialismo não implica necessariamente determinismo biológico ou uma ênfase importante do biológico para a explicação das especificidades do gênero (embora historicamente o determinismo biológico tenha sido uma forma de essencialismo referente ao gênero). Pelo contrário, é o fato de assumir a existência de qualidades ou características *de e nos* indivíduos, e não as suas *origens* (biológicas ou sociais) que define o essencialismo (Crawford, 1995). Como referem Hare-Mustin e Marecek (1990), a reafirmação de qualidades essenciais negligencia a complexidade e o dinamismo do comportamento de gênero que se estabelece durante as relações sociais, fazendo entrar em colapso um jogo de diferenças que estão sempre em mudança, em dualismos estáticos exagerados (idem, 1990).

A distinção entre os termos “sexo” e “gênero”, sugerida e desenvolvida durante a segunda onda do feminismo, foi uma tentativa (significativa) de separar o sexo biológico do social – o gênero – e, desse modo, possibilitar a crítica social (Crawford, 1995). No entanto, a força cultural do essencialismo manteve a distinção, dando lugar a confusões, inconsistências e problemas de terminologia. Isto é, novas diferenças sexuais, virtualmente idênticas às de décadas atrás, são etiquetadas como diferenças de gênero. Essas novas diferenças são iguais às antigas mas “vestidas” com outra roupagem, isto é, continuam a situar-se dentro do indivíduo, descontextualizadas socialmente e rapidamente voltadas para um enfoque biológico. De modo irônico, uma pretensão feminista, que visava teorizar a construção social da masculinidade e da feminilidade, passa a ser a estratégia que a obscurece (Crawford, 1995).

A própria noção de “psicologia da mulher” é essencialista porque sugere que as mulheres (como grupo unitário) partilham uma psicologia (um conjunto de qualidades,

traços e capacidades, inatas ou adquiridas) que, presumivelmente, lhes condiciona o comportamento (Hare-Mustin, Marecek, 1990). Essa ordem de conceitos explicativos têm o efeito de esmorecer a crítica social e encorajam as mulheres a encontrar soluções pessoais por meio de psicoterapia ou programas de promoção pessoal e de auto-ajuda (Crawford, 1995). Nessa perspectiva, a responsabilidade da mudança é colocada para o indivíduo, não para o coletivo, o que encoraja a vitimização e a culpa (idem, 1995).

Na psicologia, o feminismo empiricista e o seu programa incidiu sobretudo na remoção dos vieses sexistas e androcêntricos da pesquisa, embora ainda haja muitas questões a serem discutidas. A psicologia empiricista feminista não desafiou as crenças acerca dos sujeitos das pesquisas e dos observadores, os fundamentos do método científico, da observação, da análise, da predição, da generalização e da aquisição do conhecimento.

A adoção de uma lógica empiricista não eliminou a marginalidade das mulheres (objetivo primordial desse feminismo) e tampouco promoveu o pensamento reflexivo autocrítico, necessário para compreender o sexismo e promover novas idéias e novos sistemas (Burman, 1990; Wilkinson, 1986). Ao contrário, a ciência feminista empiricista continuou a tomar o homem como perspectiva, sendo a mulher o “outro” problematizado (Morawski, 1990).

A ciência sustenta, mantém e alimenta as relações sociais preponderantes, em que o conceito de gênero está subjacente, sendo compreendido por lentes de categorias e dualismos. O potencial do empiricismo é, por isso, limitado à natureza dos seus conceitos, sustentados por uma visão de mundo baseada em dualidades relacionadas com o gênero (idem, 1990).

Concluindo, as feministas teóricas assim como outros teóricos sociais desafiaram muitas das afirmações modernistas da psicologia, incluindo o seu essencialismo, individualismo e a sua fé no positivismo (Hare-Mustin, Marecek, 1994). Segundo Hollway (1994), até os dias de hoje, a psicologia social feminista continua presa da armadilha dos dualismos: sexo *versus* gênero e semelhança *versus* diferença. É necessário, portanto, um projeto psicológico feminista que rejeite o dualismo. O conhecimento científico necessita ser compreendido como poder social, não como leis universais ou parcelas de afirmação de verdade. Se a ciência for compreendida em termos sociais e relacionais, as oportunidades práticas para a pesquisa feminista poderão ser exploradas. É necessário dar-se um passo para a transformação do discurso feminista, passo que requer a separação do discurso “mestre”, identificando novos valores e desconstruindo discursos (Morawski, 1990).

Segundo Harding (1986), as movimentações referidas começaram a surgir por volta dos anos 80 e se inscrevem no feminismo pós-modernista, e no *programa pós-modernista* do qual falaremos em seguida.

Decorrente dessas críticas e de diferentes posicionamentos diante do vasto programa psicológico acerca das diferenças sexuais, algumas psicólogas feministas consideram a possibilidade de uma terceira perspectiva, denominada por Sandra Harding (1986) de pós-moderna. Essa terceira abordagem vai mais longe no que diz respeito ao desafio dos pressupostos do empiricismo e das teorias de posição tipo *standpoint*,¹ tendo em vista a sua recusa de discursos universalizantes e generalizáveis acerca da mulher ou de todas as mulheres. Discute-se agora a existência de identidades essencializadoras e focaliza-se a atenção na construção social das categorias que são usadas para analisar e compreender o mundo social.

Talvez a idéia mais importante das perspectivas pós-modernas seja a negação da procura da verdade universal e absoluta (Flax, 1990; Harding, 1990; Rosenau, 1992). Essa verdade, característica do feminismo empiricista, reconhecia a existência de um "indivíduo conhecedor", estável e autônomo, a possibilidade de conhecimento objetivo e desinteressado; a existência de lógica, de racionalidade, de razão (independente de qualquer sistema social) e a crença na validade da linguagem para descrever a realidade (Benhabib, 1990; Freud, 1994; Soper, 1994).

O feminismo pós-modernista tem fornecido algumas propostas para concepções alternativas à "verdade", no sentido do progresso, assim como à produção do conhecimento (Flax, 1990; Fraser, Nicholson, 1990). Entre as possibilidades para uma nova metateoria pode-se encontrar o reconhecimento da identidade, como fragmentada, plural, em conflito e o reconhecimento que os modelos de conhecimento e verdade

1. Uma alternativa importante para abordagem empiricista é identificada como *feminist standpoint position* (Harding, 1986). Conhecida principalmente pela divulgação de trabalhos das suas autoras mais fiéis a essa posição, enfatiza o aumento do conhecimento como uma atividade pessoal em que pesquisador e sujeito estão em interação contínua, sendo indissociáveis das suas próprias experiências. Esta perspectiva distancia-se da ênfase na objetividade e neutralidade características da abordagem empiricista (Haraway, 1990). Centralizam os estudos nas próprias mulheres, produzindo conhecimento que consideram verdadeiramente feminino porque exclusivamente centrado nas experiências particulares das próprias mulheres (Rose, 1986). Nos Estados Unidos, o bem divulgado trabalho de Carol Gilligan é o expoente máximo representante dessa posição. No seu livro clássico, *In a different voice* (1982), enfatiza a capacidade de as mulheres falarem sobre as suas próprias experiências, apresentando uma teoria alternativa do desenvolvimento moral tendo em conta essas mesmas perspectivas. Muitas psicólogas que aderiram a essa perspectiva, ao estudarem as experiências individuais como uma forma de enriquecer a psicologia das mulheres, indiretamente pretendiam desafiar a validade tradicional dos métodos científicos. No entanto, ao rejeitarem a negatividade associada aos estereótipos sobre as mulheres, essas cientistas freqüentemente celebraram a natureza especial das mulheres, o que veio a enfatizar, mais do que negar, importantes diferenças entre os sexos (Hartsock, 1990). Não abordamos no artigo esse importante programa de pesquisa por querermos focalizar o debate essencialismo/construcionismo.

dependem das relações sociais estabelecidas num determinado contexto histórico e dependendo dos interesses individuais (Burr, 1995).

Nos trabalhos das feministas pós-modernistas, a linguagem e as relações sociais tornam-se centrais para a produção do conhecimento, e para a representação da experiência (Wilkinson, Kitzinger, 1995). O conhecimento é reconhecido como necessariamente pragmático e parcial, e o papel do conhecedor como inerentemente social e político (Flax, 1990).

Conceber a ciência como imbricada nas relações sociais, implica que explorar estas questões torna-se óbvio e necessário (Morawski, 1990). Assim, estudos na perspectiva feminista pós-modernista assinalam a importância de se reconhecer o conhecimento como produzido dentro de, por meio de e para certas relações sociais (idem, 1990). Para ultrapassar os impasses do empiricismo é necessário alterar a prática de trabalho e construir novas relações sociais e novas narrativas científicas. E como as práticas científicas são concebidas como ações quotidianas, no relacionamento social, uma psicologia feminista requer uma vigilância reflexiva constante, uma monitorização dos atos científicos e um direcionamento das análises para a desconstrução e a reconstrução dos códigos de gênero (Morawski, 1990).

Assim, o pós-modernismo aceita a multiplicidade, a incoerência e o paradoxo, tudo o que os paradigmas positivistas sempre excluíram. Nega a aparente rigidez da linguagem sobre os significados estabelecidos, e é céptica acerca da natureza fixa da realidade. Reconhecendo que o significado é apenas aquilo com o que concordamos, os pós-modernistas descrevem um sistema mais amplo de possibilidades, contexto em que o gênero é encarado como passível de versões parciais e paradoxais. O gênero é assim construído como um processo, não como uma resposta fixa, podendo ser teorizado de várias maneiras (Hare-Mustin, Marecek, 1990). Mesmo como observadores, somos também construtores do gênero.

Na psicologia esse desafio do conhecimento, como algo socialmente construído, consubstancia-se na perspectiva do construcionismo social, na perspectiva da análise do discurso, ou da psicologia crítica, perspectivas que partilham entre si premissas semelhantes e se inserem num mesmo posicionamento epistemológico. Por isso, assume-se desde já que não existe uma completa concordância relativamente a quem é construcionista social, pós-estruturalista, pós-moderno, da psicologia crítica (Burr, 1995). Apesar de se poder equacionar diferenças entre essas diferentes posturas, para este trabalho importa essencialmente referir o que todas compartilham, uma espécie de "parecença familiar" (Burr, 1995), que representa para o estudo do gênero um enorme desafio.

Pode-se livremente classificar de construcionista social qualquer abordagem que tenha na base um ou mais dos pressupostos que Gergen (1994) considera como fundamentais para uma ciência construcionista social, tais como:

- Posição crítica diante do conhecimento concebido como “verdade”.
- Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um individualmente são artefatos sociais, produtos de interrelações pessoais, com especificidade histórica e cultural.
- Determinada descrição do mundo ou do *self* sustentada ao longo do tempo, não por validade objetiva, mas devido às vicissitudes do processo social.
- O significado da linguagem deriva do seu modo de funcionamento dentro dos padrões de relacionamento.
- Avaliar as formas de discurso existentes é ao mesmo tempo avaliar padrões de vida cultural.

Diante desses pressupostos podemos facilmente compreender as grandes distinções dessa postura relativamente ao paradigma tradicional positivista da psicologia. É essencialmente o seu caráter antiessencialista, anti-realista. É a pressuposição da linguagem como precondição para o pensamento e como forma de ação social e o seu foco na interação e nas práticas sociais aliada à perspectiva do conhecimento como especificamente histórico e cultural, que o diferencia da abordagem mais tradicional (Burr, 1995; Gergen, Davis, 1997).

Essa posição questiona o critério de verdade assim como de fatos objetivos. Todo o conhecimento é derivado da forma particular de cada indivíduo se acercar do mundo, assim como dos interesses particulares em jogo. Questionando os pressupostos do essencialismo, a teoria construcionista social deslocou o foco da atenção da pessoa para o domínio social. A psicologia, em tal perspectiva, torna-se o estudo do ser socialmente construído, o produto de discursos histórica e culturalmente contingentes, discursos que trazem consigo uma rede complexa de relações de poder. A pessoa fica como que “encaixada” num sistema histórico, social e político do qual não pode ser retirada e estudada de forma independente.

A psicologia e a psicologia social não podem pretender descobrir a “verdade” da natureza das pessoas e da vida social, porque as suas explicações estão limitadas no tempo e na cultura; devem essencialmente chamar a atenção para o estudo histórico da emergência das formas correntes da vida social, assim como das práticas sociais que as criam. Pressupondo que o mundo social e os indivíduos são o produto de um processo social, não pode haver nada predeterminado do ponto de vista da natureza do mundo ou das

pessoas. Não existem “essências” dentro das coisas ou das pessoas que as torne o que são. A idéia leva-nos diretamente às implicações dessa perspectiva para o estudo do gênero.

O construcionismo social está em desacordo com as noções usadas no cotidiano de que o sexo é uma forma importante e básica de distinção e diferenciação (Davis, Gergen, 1997; Gergen 1994). Muitas feministas argumentam que o sexo/gênero não deve ser teorizado como distinção, antes pelo contrário deve ser novamente conceituado como apenas um princípio de organização social, estruturante das relações de poder entre os sexos (Wilkinson, 1997). Desse modo, conclui-se que a categoria sexual usada pelas pessoas para dar sentido às suas vidas deve ser analisada e compreendida como produto ideológico e não biológico (Kitzinger, 1987; Wilkinson, 1997). A feminilidade e a masculinidade são, nessa perspectiva, simples práticas ideológicas eficazes porque nos são transmitidas como sendo naturais e resultantes inevitáveis da biologia ou da experiência (Wetherell, 1997). O aparecimento de algo coerente que possa ser explicado como propriedade do indivíduo é precisamente o efeito mais potente desse movimento ideológico, já que permite a atribuição de uma importância simbólica (excessiva) à diferenciação sexual, o que por sua vez reforça e mantém a ordem social vigente. Nesse aspecto, o gênero não é uma questão de identidades individuais, unitárias e consistentes de homem e mulher; pelo contrário desenvolve-se mediante peças de discurso, organizadas num sistema de significados disponíveis aos indivíduos de forma a darem sentido às suas posições, o que historicamente é reconhecido como respostas femininas e masculinas (Wetherell, 1997).

Como referem Howard e Hollander:

...através da interação, negociamos interpretações particulares; isto é criamos significado. Através da linguagem, através da participação nos rituais da interação social, através da nosso envolvimento activo com os símbolos e as realidades materiais da vida de todos os dias, nós literalmente criamos aquilo que reconhecemos como real. Um mínimo de compreensão das regras partilhadas e das realidades é necessário para sustentar a comunicação humana e a interação e em última instância as sociedades. (1997, p. 35)

Deaux (1984), criticando as abordagens essencialistas (sejam de ordem biológica ou de socialização), sugere que a atenção deve ser dada sobretudo às seqüências interacionais ativas, isto é, às escolhas que mulheres e homens fazem nos processos de interação. Deste modo o gênero não é apenas algo que a sociedade impõe aos indivíduos; mulheres e homens, eles próprios fazem o gênero e, ao fazê-lo, eles escolhem certas opções comportamentais e ignoram outras. Essa perspectiva desafia o caráter “natural” da diferença de gênero, sustentando que todas as características sociais significativas são ativamente criadas, e não biologicamente inerentes, permanentemente socializa-

das ou estruturalmente predeterminadas. Em outras palavras, como dizem Howard e Hollander, o gênero é relativo à *performance*, pode-se dizer “fazer o gênero”. Isto é, comportar-se de maneira que seja qual for a situação, sejam quais forem os atores, o nosso comportamento é visto no contexto como apropriado ao gênero.

Claro que quer homens quer mulheres comportam-se muitas vezes de formas contraditórias relativamente às normas para o seu gênero, mas o que é importante é que o balanço das nossas ações seja percebido como conforme (...). Na medida em que a sociedade está organizada em termos daquilo que é compreendido como diferenças essenciais entre homens e mulheres, fazer o gênero torna-se assim inevitável. (1997, p. 37)

Esse conceito construcionista social do gênero ajuda a reconciliar os resultados empíricos de que mulheres e homens são mais similares que diferentes na maioria dos traços e competências, com a percepção comum de que parecem comportar-se de forma diferente. Apesar de mulheres e homens poderem ter as mesmas competências, o fato de enfrentarem diferentes circunstâncias, constrangimentos e expectativas leva-os, freqüentemente, a tomar decisões distintas relativamente ao seu repertório de opções. Dessa forma, reafirmam os arranjos baseados nas categorias sexuais como naturais, fundamentais, imutáveis e essenciais, legitimando conseqüentemente a ordem social. Poder-se-ia então imaginar que a simples mudança na forma como homens e mulheres “fazem o gênero” poderia ser o caminho para a transformação. No entanto, apesar de algumas posições construcionistas sociais de origem americana centrarem o foco de atenção no contexto das interações, e na perspectiva de o indivíduo como agente, é importante lembrar que freqüentemente os constrangimentos institucionais, a hierarquia social e as relações sociais de poder limitam a ação dos indivíduos. As posições construcionistas sociais, da análise do discurso e da psicologia crítica focalizam mais a atenção na estrutura de poder e na localização dos atores sociais nas estruturas sociais particulares, daí que a mudança não pode ser encarada na esfera individual (Nogueira, 1997).

Pode-se considerar a perspectiva construcionista social um núcleo do pós-modernismo que se propagou por todas as disciplinas (Freud, 1994). O construcionismo social é uma alternativa que permite dirigir a energia feminista para novas e mais válidas formas de pesquisa. Requer uma abordagem auto-reflexiva e uma análise crítica das categorias estabelecidas do discurso psicológico (Hare-Mustin, Marecek, 1990).²

2. Essa perspectiva considera o mundo social como uma empresa humana, uma espécie de invenção humana (Freud, 1994). Nascemos num mundo que tem sido socialmente construído mediante prescrições culturais, dos tabus, das crenças, das hipóteses de vida, das atividades, tudo isso pela história particular de uma cultura (Burr, 1995; Gergen, 1982). A nossa cultura,

O construcionismo social permite que se coloquem novas questões (Crawford, 1995; Hare-Mustin, Marecek, 1990), tais como: como é que o gênero é produzido e sustentado pelos agentes humanos em interação uns com os outros? por meio de que estruturas institucionais, práticas sociais e representações culturais, códigos lingüísticos e padrões de inter-relação social o gênero torna-se um fato social? quando é que determinada definição de gênero exerce um mecanismo de controle social? por que é que algumas definições de gênero são incorporadas à nossa identidade? o que leva os indivíduos a resistirem a determinadas definições de gênero em circunstâncias particulares?

A perspectiva feminista na psicologia pode contribuir para a compreensão de todos esses processos, tentando elucidar os mecanismos psicológicos pelos quais o gênero exerce o seu controle. Deve desafiar a tendência da psicologia para aceitar a diferença, demonstrando como as categorias, quer profissionais quer culturais são construídas.

PERSPECTIVAS PARA AÇÃO FUTURA

Concluindo, esse novo movimento (o construcionismo social), assim como aqueles que o apoiam, proclamam uma nova abordagem ao conhecimento e à prática; centram-se essencialmente nos problemas das populações locais e criticam as pesquisas que se pretendem universais; defendem uma transformação cultural que poderia permitir a emergência de novas realidades e novas formas de ação. O construcionismo social pretende substituir a pesquisa descontextualizada na psicologia social pelo estudo de tudo o que é cultural, histórico, social e politicamente localizado. Numa perspectiva construcionista social é importante a desconstrução, a democratização e a reconstrução de novas realidades e práticas para a transformação cultural (Gergen, 1994).

Como refere Tomas Ibáñez (1994), é da responsabilidade dos psicólogos “elegir” o conhecimento que pretendemos produzir: um conhecimento com conseqüências autoritárias, alienadoras e normalizadoras, que passe a fazer parte dos múltiplos dispositivos de dominação ou, ao contrário, um conhecimento do tipo libertador, emancipador, que focalize a luta das pessoas contra a dominação.

Mas promover mudanças radicais não passa por retóricas, faz-se “fazendo práticas diferentes”. Daí que todas as pessoas que trabalham no sentido da igualdade devem tentar práticas diferentes, reflexivas, procurando, a cada momento, analisar se as conseqüências de determinada ação são ou não libertadoras para as pessoas em jogo.

isto é, o meio em que nos desenvolvemos e nos construímos oferece-nos os significados para as práticas sociais, assim como para as nossas identidades (Wetherell, 1995). Ela nos ensina uma linguagem, uma sintaxe, um vocabulário e categorias pré-existentes que modelam a nossa construção como pessoas, constroem o nosso significado (Freud, 1994).

Tal perspectiva tem sido freqüentemente criticada por alguns setores feministas por não permitir uma orientação clara relativamente às políticas e ao ativismo feminista. Não havendo um discurso unívoco pode ser difícil encontrar uma simples, única e universal política feminista. Esse conflito entre teoria e ação existe pelo fato de muitas vezes ter de se construir a identidade “mulher”, nomeando a categoria, dando-lhe um significado político sólido e ao mesmo tempo desconstruir a categoria “mulher” dado o seu essencialismo conseqüente. No entanto, de um ponto de vista estratégico deve-se adotar uma constante alternância de posições, o que implica que, de um momento para o outro, fazem-se negociações psicológicas sociais e políticas acerca do papel desempenhado pelo gênero que se escolhe. A estratégia implica uma reflexão contínua, o que é distinto de uma paralisia de ação.

Um feminismo crítico inserido nestas novas abordagens construcionistas sociais assume que na ausência de garantias ontológicas, os valores e a política devem representar o princípio fundador da ação, o centro das análises (Gill, 1995). Se o que as feministas desejam não é a “verdade” mas a justiça, deve-se então adotar um posicionamento pragmático, isto é, assumir a categoria num determinado momento para a desconstruir no momento seguinte, posicionamento esse construído sobre valores fundamentais, que nos possibilita tomar posições muitas vezes contraditórias ou ambíguas porque, conforme as circunstâncias, e diante do valor da igualdade, essas podem ser as práticas mais libertadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMÂNCIO, L. As Assimetrias nas representações do gênero. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.34, p.9-21, 1992.
- _____. *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- _____. *Sexo e gênero: para uma teoria psicossociológica da relação de dominação entre os sexos; Lição de síntese para efeitos de provas de agregação*, 1999. (mimeo).
- BANDURA, A. *Social learning theory: englewood cliffs*. New York: Prentice Hall, 1977.
- BEM, S. L. The Measurement of psychological androgyny. *Journal of Counseling and Clinical Psychology*, n.42, p. 155-62, 1974.
- BENHABIB, S. Epistemologies of postmodernism: a rejoinder to Jean-François Lyotard. In: NICHOLSON, L. (ed.). *Feminism/postmodernism*. New York: Routledge, 1990.
- BOHAN, J. Regarding gender: essencialism, constructionism and feminist psychology. In: GERGEN, M., DAVIS, S. (eds.). *Toward a new psychology of gender*. New York: Routledge, 1997. p. 31-48.

- BURMAN, E. *Feminists and psychological practice*. London: Sage, 1990.
- BURR, V. *An introduction to Social constructionism*. London: Routledge, 1998.
- _____. *Gender and social psychology*. London: Routledge, 1995.
- CRAWFORD, M. *Talking difference: on gender and language*. London: Sage, 1995.
- DAVIS, S., GERGEN, M. Toward a new psychology of gender: opening conversations. In: GERGEN, M., DAVIS, S. (eds.). *Toward a new psychology of gender*. New York: Routledge, 1997.
- DEAUX, K. From individual differences to social categories: analysis of a decade's research on gender. *American Psychologist*, n. 39, p. 105-16, 1984.
- _____. On Comparing women and men. *Feminism and Psychology*, v.4, n.4, p.513-22, 1994.
- _____. *Sex differences in social behavior: a social-role interpretation*. New York: Erlbaum, 1987.
- EVANS, M. *The Woman question*. London: Sage Publications, 1994.
- FLAX, J. *Thinking fragments: psychoanalysis, feminism and postmodernism in the contemporary west*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- FRASER, N., NICHOLSON, N. Social criticism without philosophy: an encounter between feminism and postmodernism. In: NICHOLSON, L. (ed.). *Feminism/postmodernism*. New York: Routledge, 1990. p. 19-38.
- FREUD, S. The Social construction of gender. *Journal of Adult Development*, v.1, n.1, p.37-45, 1994.
- GERGEN, K. J. *Realities and relationships: soundings in social construction*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- _____. *Toward transformation in social Knowledge*. London: Sage, 1982.
- GERGEN, M., DAVIS, S. *Toward a new psychology of gender*. New York: Routledge, 1997.
- GILL, R. Relativism, reflexivity and politics: interrogating discourse analysis from a feminist perspective. In: WILKINSON, S., KITZINGER, C. (eds.). *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage, 1995.
- GILLIGAN, C. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Harvard: Harvard University Press, 1982.
- HARAWAY, D. A Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980. In: NICHOLSON, L. (ed.). *Feminism/postmodernism*. London: Routledge, 1990. p.

- HARDING, S. Feminism and theories of scientific knowledge. In: Evans, M. (ed.). *The Woman question*. London: Sage, 1994. p. 104-13.
- _____. Feminism, science and the anti-enlightenment critiques. In: NICHOLSON, L. (ed.). *Feminism/postmodernism*. New York: Routledge, 1990.
- _____. *The Science question in feminism*. Ithaca, London: Cornell University Press, 1986.
- HARE-MUSTIN, R., MARECEK J. Asking the right questions: feminist psychology and sex differences. *Feminism and Psychology*, v.4, n.4, p.531-7, 1994.
- _____. Beyond difference. In: HARE-MUSTIN, R., MARECEK, J. (eds.). *Making difference: psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press, 1990. p. 184-202.
- _____. Gender and the meaning of difference: postmodernism and psychology. In: HARE-MUSTIN, R., MARECEK, J. (eds.). *Making difference: psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press, 1990. p. 22-64.
- _____. *Making difference: psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press, 1990.
- _____. On Making a difference. In: HARE-MUSTIN, R., MARECEK, J. (eds.). *Making difference: psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press, 1990. p. 1-21.
- HARTSOCK, N. Foucault on power: a theory for women? In: NICHOLSON, L. (ed.). *Feminism/postmodernism*. New York: Routledge, 1990. p. 157-75.
- HOLLWAY, W. Beyond sex differences: a project for feminist psychology. *Feminism and Psychology*, v.4, n.4, p. 538-46, 1994.
- HOWARD, J. A., HOLLANDER, J. *Gendered situations, gendered selves*. London: Sage, 1997.
- IBAÑEZ, T. Constructing a representation or representing a construction? *Theory and Psychology*, n.4, p.363-81, 1994.
- KITZINGER, C. Feminism, psychology and the paradox of power. *Feminism and Psychology*, v.1, 1991, p. 111-29.
- _____. The Rhetoric of pseudoscience. In: PARKER, I., SHOTER, J. (eds). *Deconstructing social psychology*. London: Routledge, 1990. p. 61-75.
- _____. Sex differences: feminist perspectives. *Feminism and Psychology*, v.4, n.4, p.501-6, 1994.
- _____. *The Social construction of lesbianism*. London: Sage, 1987.

- MARECEK, J. Gender, politics and psychology's ways of knowing. *American Psychologist*, v.50, n.3, p.162-3, 1995.
- MORAWSKI, J. G. Toward the unimagined: feminism and epistemology in psychology. In: HARE-MUSTIN, R., MARECEK, J. (eds.). *Making difference: psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press, 1990. p. 150-83.
- NOGUEIRA, C. *Um Novo olhar sobre as relações sociais de gênero: perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Braga, 1997. Tese (dout.) Universidade do Minho.
- PARLEE, M. B. Appropriate control groups in feminist research. *Psychology of Women Quarterly*, n.5, p.637-44, 1981.
- _____. Psychology of women in the 80s: promising problems. *International Journal of Women's Studies*, n.8, p.193-204, 1985.
- ROSE, S. Gender at work: sex, class and industrial capitalism. *History Workshop Journal*, n.21, p.113-31, 1986.
- ROSENAU, P. M. *Post-Modernism and the social sciences: insights, inroads and intrusions*. New Jersey: Princeton University Press, 1992.
- SOPER, K. Feminism, humanism and postmodernism. In: EVANS, M. (ed.). *The Woman question*. London: Sage, 1994. p. 10-21.
- WETHERELL, M. Linguistic repertoires and literary criticism: new directions for a social psychology of gender. In: GERGEN, M., DAVIS, S. (eds.). *Toward a new psychology of gender*. New York: Routledge, 1997.
- _____. Romantic discourse and feminist analysis: interrogating investment, power and desire. In: WILKINSON, S.; KITZINGER, C. (eds.) *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage, 1995. p. 128-44
- WILKINSON, S. Feminist psychology. In: FOX, D., PRILLELTENSKY, I. (eds.). *Critical psychology: an introduction*. London: Sage, 1997. p. 247-64.
- _____. Sighting possibilities: diversity and commonality in feminist research. In : WILKINSON, S. (ed.). *Feminist social psychology: developing theory and practice*. Milton Keynes: Open University Press, 1986.
- WILKINSON, S., KITZINGER, C. (eds.) *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage, 1995.